

16.12/83

Substituições de importações

IGNACIO M. RANGEL

Especial para a "Folha"

Um professor de economia da FGV de São Paulo, citado por Luís Nassif, pretende que cada dólar de substituição de importações exigirá um investimento de cinco dólares, isto é, de novas importações. Ora, descontado o evidente exagero, essa atitude dista muito de ser singular. Ao contrário, agora, como há cinquenta anos, quando da Grande Depressão, não falta quem pretenda que qualquer tentativa de reduzirmos nossa dependência dos suprimentos estrangeiros, não poderá senão agudizar dita dependência.

Essas pessoas não aprenderam absolutamente nada de nossa experiência nesse meio século, quando estivemos expandindo nosso dividendo nacional a ritmos invejáveis, nos quadros de crescente fechamento da economia nacional, isto é, com importações declinantes em termos relativos, como componentes da oferta interna global. Nem tampouco de nossa experiência recente, do "milagre do Delfim" para cá, quando o crescimento, que se vinha fazendo sem aportes significativos de "poupança externa", foi reduzido e, afinal, teve o seu sinal invertido, concomitantemente com a anômala expansão dessa mesma poupança, já como efeito da depressão mundial que começava.

Noutros termos, isso que os homens de empresa sabem à saciedade — isto é, que o nosso parque produtivo opera com fortes margens de capacidade ociosa, e que nos endividamos no estrangeiro para importar muitas coisas que já podemos produzir aqui — muitos dos professores de Economia se dão o luxo de ignorar, atribuindo ao nosso produto incremental uma função de produção que não tivemos, mesmo nos anos 30, quando a ociosidade não assumia formas tão óbvias.

O pior, porém, é que, quando saímos de um extremo, é para cair em outro, igualmente desequilibrado. De brilhante e prestigioso economista patricio, ouvi que não há margem para a retomada do crescimento à base da substituição de importações, porque o coeficiente de

abertura da economia é hoje muito escasso. Como se a economia não estivesse à espera de gigantescos investimentos em serviços de utilidade pública, que bem podem ser considerados como substituições de importações de 2º grau.

Claro está que esses extremismos não têm nenhuma contribuição a oferecer para a superação da presente crise. Com efeito, o coeficiente de abertura atual de nossa economia nada tem com o da época que precedeu a "outra" Grande Depressão mundial, mas, por outro lado, a industrialização desembocou em profundas mudanças estruturais que engendram a demanda de novos serviços que, não havendo nunca — ou só indiretamente, através de alguns insumos — participado de nossa pauta de importações, não podem ter seu suprimento qualificado, a rigor, como substituição de importações. Bastaria que alinhássemos alguns dos serviços cuja demanda prende-se aos processos (a) de urbanização galopante, (b) da integração da economia nacional num todo único e (c) inovações tecnológicas amadurecidas nos quadros da passada fase ascendente do presente ciclo longo, nos países cênicos, e já ao nosso alcance.

Todos esses serviços exigem vultosíssimos investimentos. Entretanto, dado que nosso presente parque supridor de bens de investimento — notadamente as indústrias mecânica e da construção civil — encontra-se gravemente subutilizado, a pressão do esforço de formação de capital sobre o balanço de pagamentos tende a amenizar-se consideravelmente, ou a orientar-se para novos mercados, nos quais nossa posição cambial é forte.

Se isso não parece acontecer atualmente, é porque ainda não foram dados os passos indispensáveis e iminentes para viabilizar o financiamento daqueles investimentos, em moeda nacional.

IGNACIO M. RANGEL é economista e formado em Direito, presidente do Conselho Regional de Economia—Rio de Janeiro, e autor de vários livros, entre eles, "A inflação Brasileira" e "Tecnologia — ciclo e crescimento".